

**IC MÓDULO 54: GERENCIAMENTO DA CONDUTA ÉTICA DOS EMPREGADOS E COLABORADORES DA ECT****CAPÍTULO 2: COMISSÃO SETORIAL DE ÉTICA.****ANEXO 1 – CÓDIGO DE ÉTICA DA ECT****1 FINALIDADE**

Criar, em observância ao disposto no art. 2º do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, a Comissão Setorial de Ética da ECT (CSE), encarregada de orientar, aconselhar e decidir sobre o comportamento ético do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

**2 ATRIBUIÇÕES**

**2.1** Atuar como elemento de ligação com a Comissão de Ética Pública, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, cabendo-lhe, no âmbito da Empresa:

a) supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

b) promover a adoção de normas de conduta ética específicas para seus empregados e colaboradores.

**2.2** Instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a norma ou princípio ético - profissional, podendo conhecer, também, de consultas, denúncias ou representações de pessoas devidamente identificadas ou de entidades associativas regularmente constituídas, cuja análise e deliberação forem recomendáveis para atender ou resguardar o exercício do cargo ou de função pública.

**2.3** Conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

**3 COMPOSIÇÃO**

**3.1** A Comissão Setorial de Ética será composta por três membros titulares e três suplentes, todos do quadro de empregados da ECT, designados por meio de Portaria do Presidente da Empresa.



#### 4 GENERALIDADES

**4.1** Os procedimentos a serem adotados pela Comissão Setorial de Ética, para apuração de ato ou fato que, em princípio, se apresente contrário à ética, terão rito sumário, resguardado amplo direito de defesa aos envolvidos.

**4.2** A atividade da Comissão Setorial de Ética será regulada por Regimento Interno aprovado pela Diretoria Colegiada da ECT.

**4.3** A Diretoria de Recursos Humanos, responsável pela gestão do Código de Ética da ECT, que integra este Capítulo como Anexo, fica incumbida de sua atualização periódica, aplicação, disseminação e divulgação, em conjunto com a Comissão Setorial de Ética.

\* \* \* \* \*

**IA ANEXO 1: CÓDIGO DE ÉTICA****CÓDIGO DE ÉTICA****CAPÍTULO I  
Do Objetivo**

Art. 1º. O presente Código visa nortear o relacionamento entre os empregados dos Correios e toda a sua cadeia de valor, no esforço de gerar um compromisso mútuo alinhado à adoção de uma postura transparente que envolva a valorização da ética, contribuindo para a credibilidade da ECT perante a sociedade.

Parágrafo Único. Reúne princípios e valores que retratam a identidade da Empresa como um todo, estimulando o comportamento ético nos Correios, para que o maior número de pessoas o adote e o siga como guia de conduta profissional e pessoal.

**CAPÍTULO II  
Da Abrangência**

Art. 2º. O Código de Ética da ECT aplica-se aos empregados e colaboradores da Empresa, estendendo-se a toda a sua cadeia de relacionamentos.

**CAPÍTULO III  
Dos Princípios Fundamentais**

Art. 3º. Dentro de sua planificação estratégica, os Correios valorizam:

- I. a satisfação dos clientes;
- II. o respeito aos seus empregados;
- III. a ética nos relacionamentos;
- IV. a competência profissional;
- V. o compromisso com as diretrizes governamentais;
- VI. a responsabilidade social;
- VII. a excelência empresarial;
- VIII. o bom relacionamento com parceiros, fornecedores, clientes e concorrentes;
- IX. a iniciativa, o espírito de participação e a criatividade;
- X. o aprendizado constante, como forma de geração de conhecimento;
- XI. o desenvolvimento profissional e pessoal;
- XII. a preservação do meio ambiente.
- XIII. a responsabilidade pública e a cidadania, com apoio às ações comunitárias, à saúde, à cultura, à educação e ao esporte;
- XIV. a observância à legislação vigente.



#### **CAPÍTULO IV**

##### **Das Relações no Ambiente de Trabalho**

Art. 4º. Os Correios, seus empregados e colaboradores devem contribuir para a criação e a manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Art. 5º. Os profissionais dos Correios devem exercer as suas tarefas com cortesia, lealdade, dedicação, honestidade, espírito de justiça, cooperação, responsabilidade e zelar pela imagem da Empresa, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 6º. Os Correios consideram que a vida particular dos seus empregados e colaboradores é assunto pessoal destes, e não deve sofrer interferência, desde que não cause prejuízo à imagem e às atividades da Empresa.

Art. 7º. A preservação da intimidade, da privacidade, da lealdade, da honra, da imagem dos colegas de trabalho e superiores hierárquicos, é fundamental ao adequado relacionamento interpessoal e profissional.

Art. 8º. Os profissionais dos Correios devem respeitar os compromissos assumidos entre si e com a Empresa, não se deixando influenciar negativamente em suas decisões, nem privilegiando relacionamentos pessoais.

Art. 9º. Aqueles que trabalham nos Correios têm o direito de saber como é considerado o seu desempenho, devendo buscar, de forma contínua, o aprimoramento e a atualização dos seus conhecimentos profissionais.

Art. 10. Os profissionais da Empresa que assumem o papel de gestores necessitam ter sempre em vista o bem-estar e o progresso funcional das pessoas, tratá-las com retidão, justiça e humanidade e estimular o espírito de equipe.

Art. 11. Os empregados e colaboradores com acesso a informações sigilosas e a recursos tecnológicos, a exemplo de *Internet*, *Intranet*, *Softwares* e produtos similares, devem assegurar que tais elementos não sejam manuseados ou divulgados de forma inadequada.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Das Relações com os Clientes**

Art. 12. O compromisso com a satisfação dos clientes deve fundamentar-se na qualidade dos produtos e serviços, em consonância com os objetivos da Empresa.

Art. 13. Os clientes precisam ser atendidos com cortesia e respeito, sendo orientados sobre possibilidades de realização de serviços, preços, prazos e suas características, com total clareza, presteza e transparência.

Art. 14. As reclamações, críticas e sugestões formuladas pelos clientes devem ser respondidas com rapidez e precisão, respeitando-se os seus direitos.

**CAPÍTULO VI****Das Relações com os Fornecedores, Parceiros e outras Instituições**

Art. 15. As relações entre os Correios, empresas prestadoras de serviço e fornecedores devem ser reguladas por meio de contratos oriundos de procedimentos imparciais e transparentes.

Art. 16. Os empregados e colaboradores não devem fazer uso de informações privilegiadas, obtidas no âmbito da Empresa, em benefício próprio ou de terceiros.

Art. 17. Os empregados e colaboradores não devem aceitar vantagens (que não sejam produto de sua remuneração), a título de ajuda financeira, comissão ou doação.

Art. 18. Os Correios manterão diálogo permanente com as entidades representativas dos empregados, em prol do crescimento mútuo, sem perder de vista os seus interesses como Empresa.

**CAPÍTULO VII****Das Relações com o Governo**

Art. 19. Os Correios atuam como agente de desenvolvimento cultural, social e de apoio às ações governamentais no País.

**CAPÍTULO VIII****Das Relações com a Sociedade**

Art. 20. Os Correios assumem o papel de empresa-cidadã, no intuito de contribuir para o desenvolvimento e qualidade de vida da sociedade, nas ações de cunho social, educativo, cultural e de saúde.

**CAPÍTULO IX****Das Relações com os Concorrentes**

Art. 21. A concorrência deve ser pautada na lealdade e no respeito às regras e critérios de mercado.

Art. 22. Os profissionais dos Correios devem respeitar a imagem dos concorrentes obtendo e fornecendo informações lícitas e mantendo o sigilo necessário.

Art. 23. Os profissionais dos Correios devem tratar os concorrentes com o mesmo respeito com que a Empresa espera ser tratada.

**CAPÍTULO X****Da Comissão Setorial de Ética**

Art. 24. A Comissão Setorial Ética da ECT é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional de seus empregados e colaboradores, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura.



Parágrafo Único. A atividade da Comissão Setorial será regulada por Regimento Interno aprovado pela Diretoria Colegiada da ECT.

**CAPÍTULO XI**  
**Das Penalidades**

Art. 25. Sem prejuízo das eventuais responsabilidades administrativa, civil e penal, correspondentes, a serem apuradas em procedimentos próprios, a transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, passível de aplicação de censura.

**CAPÍTULO XII**  
**Da Gestão do Código de Ética**

Art. 26. A gestão deste Código é da competência da Diretoria de Recursos Humanos, que se incumbirá de sua atualização periódica, aplicação, disseminação e divulgação, em conjunto com o Comitê de Ética.

**CAPÍTULO XIII**  
**Do Cumprimento do Código**

Art. 27. A interpretação e a violação das normas contidas neste Código serão objeto de análise e julgamento por parte da Comissão Setorial de Ética da Empresa.

**CAPÍTULO XIV**  
**Da Vigência**

Art. 28. O presente Código de Ética terá vigência a partir de sua aprovação e publicação.

\* \* \* \* \*